



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DE TACÓGRAFOS DOS ÔNIBUS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE.

### 2. UNIDADE ADMINISTRATIVA:

2.1. Secretaria Municipal da Educação

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

### 4. DAS JUSTIFICATIVAS

#### 4.1. DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tamboril, por meio da Secretaria de Transportes e Educação, reconhece a importância de manter a frota de ônibus escolares em pleno funcionamento, com foco na segurança e no cumprimento da legislação vigente. Para tanto, torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada para o fornecimento de peças e realização de manutenção dos tacógrafos dos veículos escolares do município.

O tacógrafo é um equipamento obrigatório, conforme determina a legislação de trânsito brasileira (Resolução CONTRAN nº 92/1999), que tem como principal função registrar a velocidade e o tempo de direção dos motoristas, além de outros dados de segurança que garantem o controle e monitoramento das atividades dos condutores e dos veículos. Esse equipamento é fundamental para assegurar que os ônibus escolares operem de maneira regular e segura, prevenindo acidentes e garantindo o cumprimento de jornadas de trabalho dentro dos limites permitidos.

A manutenção regular dos tacógrafos e o fornecimento de peças de reposição são imprescindíveis para garantir a integridade e o correto funcionamento deles, evitando penalidades legais e, principalmente, garantindo a segurança dos alunos transportados. Em caso de falha ou não conformidade dos tacógrafos, o município corre o risco de não apenas descumprir a legislação, mas também colocar em risco a vida dos estudantes e motoristas, além de arcar com prejuízos financeiros decorrentes de multas ou paradas forçadas dos veículos.

Além disso, a manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos é uma ação que contribui para a longevidade da frota, evitando que problemas mais graves surjam e impactem diretamente no orçamento do município, que teria de arcar com custos maiores de reparos futuros ou até substituição de veículos.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada para o fornecimento de peças e manutenção de tacógrafos nos ônibus escolares do município de Tamboril-CE se faz necessária e urgente, garantindo a conformidade com a legislação, a segurança no transporte dos alunos e a preservação da frota municipal.



Por esses motivos, solicitamos a abertura do processo de contratação da referida empresa, visando atender com presteza e eficiência essa necessidade vital para a administração pública e o bem-estar da comunidade escolar.

#### **4.2. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras.

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.



A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação

Art. 75, inciso II para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras

## 5. DOS ITENS, DO DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS VALORES

### 5.1. DOS ITENS

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAIXA DE DISCO - CAIXA DE DISCO	CAIXA	7	R\$56,67	R\$396,69
2	AGULHA DE VELOCIDADE - AGULHA DE VELOCIDADE	UNIDADE	5	R\$236,67	R\$1.183,35
3	KIT CAMERA - KIT CAMERA	KIT	12	R\$1.583,33	R\$18.999,96
4	PEÇAS ELETRICAS UTILIZADAS - PEÇAS ELETRICAS UTILIZADAS	UNIDADE	15	R\$248,00	R\$3.720,00
5	FITA BVDR - FITA BVDR	UNIDADE	6	R\$56,67	R\$340,02
6	FITA SEVA 3000A - FITA SEVA 3000A	UNIDADE	3	R\$56,67	R\$170,01
7	AGULHA TEMP/DIST - AGULHA TEMP/DIST	UNIDADE	4	R\$231,67	R\$926,68
8	LANTERNA LATERAL - LANTERNA LATERAL	UNIDADE	2	R\$83,33	R\$166,66
9	CHAVE DE LUZ SETA - CHAVE DE LUZ SETA	UNIDADE	1	R\$601,67	R\$601,67
10	MONITOR DAS CAMERAS E REVISÃO CAMERAS-MONITOR DAS CAMERAS E REVISÃO CAMERAS	UNIDADE	1	R\$633,33	R\$633,33
11	TRILHA DA BANDEJA - TRILHA DA BANDEJA	UNIDADE	1	R\$238,33	R\$238,33
12	CHAVE SETA - CHAVE SETA	UNIDADE	1	R\$673,33	R\$673,33
13	BOTÃO ALERTA - BOTÃO ALERTA	UNIDADE	1	R\$113,33	R\$113,33
14	DISPLAY - DISPLAY	UNIDADE	1	R\$393,33	R\$393,33
15	BANDEJA COMPLETA - BANDEJA COMPLETA	UNIDADE	1	R\$483,33	R\$483,33
16	PLATINADO - PLATINADO	UNIDADE	1	R\$393,33	R\$393,33
17	EIXO DE TRANSIÇÃO - EIXO DE TRANSIÇÃO	UNIDADE	1	R\$133,33	R\$133,33
18	MOLDURA - MOLDURA	UNIDADE	2	R\$163,33	R\$326,66
19	MODULO MIO - MODULO MIO	UNIDADE	1	R\$480,00	R\$480,00
20	CHICOTE DO SENSOR - CHICOTE DO SENSOR	UNIDADE	1	R\$235,00	R\$235,00
21	SENSOR DE VELOCIDADE - SENSOR DE VELOCIDADE	UNIDADE	1	R\$640,00	R\$640,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$31.248,34</b>					

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AFERIÇÃO - AFERIÇÃO	UNIDADE	15	R\$443,33	R\$6.649,95
2	LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO - LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO	UNIDADE	15	R\$135,00	R\$2.025,00
3	REPARO DO RELIGIO - REPARO DO RELIGIO	UNIDADE	4	R\$240,00	R\$960,00
4	REVISÃO ELETRICA E TROCA DE PEÇAS - REVISÃO	UNIDADE	15	R\$331,67	R\$4.975,05



	ELETRICA E TROCA DE PEÇAS				
5	PROGRAMAÇÃO DO TACOGRAFO PROGRAMAÇÃO DO TACOGRAFO	- UNIDADE	9	R\$136,67	R\$1.230,03
6	REVISÃO CAMERAS - REVISÃO CAMERAS	UNIDADE	2	R\$133,07	R\$266,14
7	TROCA DE MOLDURA- TROCA DE MOLDURA	UNIDADE	2	R\$160,00	R\$320,00
8	INSTALAÇÃO ELETRICA DO TACOGRAFO - INSTALAÇÃO ELETRICA DO TACOGRAFO	UNIDADE	1	R\$188,33	R\$188,33
9	INSTALAÇÃO ELETRICA SEVA - INSTALAÇÃO ELETRICA SEVA	UNIDADE	1	R\$160,00	R\$160,00
10	CONCERTO TRILHA DA BANDEJA - CONCERTO TRILHA DA BANDEJA	UNIDADE	1	R\$240,00	R\$240,00
			<b>VALOR TOTAL DO LOTE R\$17.014,50</b>		

## 5.2. DO DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

### 5.2.1. DAS ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS:

5.2.1.1. Aferição do Tacógrafo – Verificação da calibração e funcionamento do tacógrafo para garantir que esteja medindo corretamente a velocidade, distância percorrida e tempo de operação.

5.2.1.1.1. Procedimento:

- Teste de precisão com equipamento de aferição adequado.
- Ajuste de calibração conforme especificações do fabricante.
- Emissão de certificado de aferição.
- Registro no livro de controle de manutenção.

5.2.1.2. Limpeza e Lubrificação – Manutenção preventiva que inclui a limpeza interna e externa do tacógrafo, além da lubrificação das partes móveis para garantir o bom funcionamento.

5.2.1.2.1. Procedimento:

- Desmontagem parcial do equipamento.
- Limpeza dos contatos elétricos e componentes internos com materiais apropriados.
- Aplicação de lubrificantes nas partes móveis.
- Remontagem e testes de operação.

5.2.1.3. Reparo do Relógio – Concerto de problemas no relógio do tacógrafo, responsável por marcar o tempo de operação.

5.2.1.3.1. Procedimento:

- Diagnóstico do problema no mecanismo do relógio.
- Troca ou reparo de peças defeituosas.
- Teste de funcionamento e ajuste de precisão.

5.2.1.4. Revisão Elétrica e Troca de Peças – Verificação da parte elétrica do tacógrafo e substituição de componentes desgastados ou com defeito.

5.2.1.4.1. Procedimento:

- Inspeção visual e testes elétricos.
- Substituição de fiações, conectores, ou outros componentes danificados.
- Reinstalação e testes de funcionalidade.

5.2.1.5. Programação do Tacógrafo – Configuração do tacógrafo conforme as normas e necessidades operacionais do município.



**5.2.1.5.1. Procedimento:**

- a) Conexão a sistemas de diagnóstico para ajustes.
- b) Configuração dos parâmetros de operação, como horários, limites de velocidade e outros.
- c) Testes para verificar a correta programação.

**5.2.1.6. Revisão de Câmeras – Inspeção e manutenção das câmeras conectadas ao sistema do tacógrafo, quando aplicável.**

**5.2.1.6.1. Procedimento:**

- a) Verificação do alinhamento e funcionamento das câmeras.
- b) Limpeza das lentes.
- c) Substituição de peças ou ajuste do software de gravação, caso necessário.

**5.2.1.7. Troca de Moldura – Substituição da moldura que protege e embala o tacógrafo, garantindo a estética e proteção do equipamento.**

**5.2.1.7. 1. Procedimento:**

- a) Retirada da moldura antiga.
- b) Instalação da nova moldura.
- c) Verificação da integridade e fixação correta.

**5.2.1.8. Instalação Elétrica do Tacógrafo – Instalação completa da parte elétrica do tacógrafo, conectando-o ao sistema elétrico do veículo.**

**5.2.1.8.1. Procedimento:**

- a) Verificação da compatibilidade do sistema elétrico do ônibus.
- b) Instalação e conexão de fios, fusíveis e conectores.
- c) Testes para garantir a correta alimentação e funcionamento do tacógrafo.

**5.2.1.9. Instalação Elétrica SEVA – Instalação elétrica do sistema SEVA (Sistema de Eventual Verificação de Autenticidade), integrado ao tacógrafo.**

**5.2.1.9.1. Procedimento:**

- a) Instalação do sistema SEVA conforme especificações técnicas.
- b) Conexão ao tacógrafo e ao sistema elétrico do veículo.
- c) Testes para assegurar a integração e operação do sistema.

**5.2.1.10. Conserto da Trilha da Bandeja – Reparação da trilha da bandeja de dados do tacógrafo, onde os registros são armazenados.**

**5.2.1.10.1. Procedimento:**

- a) Diagnóstico do problema na trilha.
- b) Reparo ou substituição da trilha danificada.
- c) Teste para garantir o correto registro e leitura dos dados.

**5.2.2. DA GARANTIA**

5.2.2.1. As peças fornecidas devem ter garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.

5.2.2.2. Os serviços prestados devem ter garantia mínima de 6 meses, sendo garantido o retorno para ajustes sem custos adicionais, caso haja falhas no serviço executado.

**5.2.3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

5.2.3.1. Certificado de calibração do tacógrafo emitido após cada serviço.



5.2.3.2. Laudo técnico detalhado de todos os serviços de manutenção executados, incluindo peças substituídas e testes realizados.

### 5.3. DOS VALORES

5.3.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 48.262,84 (quarenta e oito mil e duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

### 6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. Prazo entrega e execução:

6.1.1. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, contados do recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou Instrumento equivalente.

6.1.2. O prazo para a entrega dos produtos é de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da ordem de compras emitida pela contratante.

6.1.3. Cumprida a obrigação, o objeto da licitação será recebido:

6.1.3.1. Mediante termo, os produtos e serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, pelo(s) servidor(es) responsável(is) designado pelo(a) Secretaria Municipal de Educação para acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias úteis da prestação do serviço.

6.1.3.2. DEFINITIVAMENTE, mediante termo, em até 15 (QUINZE) dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Provisório, pelo(s) servidor(es) responsável(is) designado(s) pelo(a) Secretaria Municipal de Educação, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

6.1.3.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser estendido de forma a garantir maior possibilidade ao contratante de verificação da adequação do serviço contratado.

6.1.3.2.2. O referido prazo pode ficar suspenso, ou mesmo ser prorrogado, em eventual discordância das condições de prestação e validação, de modo que a CONTRATADA faça os ajustes necessários de correção, ou apresente as justificativas pertinentes a avaliação realizada.

6.1.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos e serviços executados em desacordo com os termos do Projeto Básico.

6.1.5. Se no ato da entrega dos produtos e da execução dos serviços a nota fiscal/fatura não for aceita pela Administração, devido a irregularidades em seu preenchimento, será procedida a sua devolução para as necessárias correções. Somente após a reapresentação do documento, devidamente corrigido, e observados outros procedimentos, se necessários, procederá à Administração ao recebimento provisório do(s) serviço(s).

### 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

7.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;

7.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

7.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;



- 7.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
  - 7.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
  - 7.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;
  - 7.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
  - 7.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;
  - 7.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;
  - 7.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;
  - 7.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;
  - 7.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
  - 8.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
  - 8.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
  - 8.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;
  - 8.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
  - 8.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
  - 8.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;
  - 8.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
  - 8.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;



- 8.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;
- 8.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;
- 8.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;
- 8.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;
- 8.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;
- 8.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- 8.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;
- 8.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;
- 8.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;
- 8.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;
- 8.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 8.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
- 8.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 8.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- 8.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;
- 8.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;
- 8.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

## 9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação dos serviços do objeto em tela.

## 10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja



prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.

12.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.

12.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



12.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

12.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) (6 / 100)$   
365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



13.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

13.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

13.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

13.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

13.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

13.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

#### **14. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

14.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

14.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988.

14.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

14.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.



**Prefeitura de  
Tamboril**



#### 15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, nas seguintes dotações:

a) 0402.12.361.0038.2.027 - Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB 30%, no seguinte elemento de despesas: 33903919 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, 33903039 - Material de Consumo, fonte de recursos nº 1540000000 transferência do FUNDEB 30% - imposto.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**APROVO** o Projeto Básico elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta contratação.

Tamboril/CE, 12 de setembro de 2024

  
**ANTONIO FÁBIO FERREIRA DE SOUZA**  
**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO**